LUCIANA LEAL BRAYNER

**A CONTRIBUIÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL NA
LEGITIMAÇÃO DAS ESFERAS DE DECISÃO TRANSNACIONAIS:
UMA REFLEXÃO CRÍTICA A PARTIR DO
DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO**

Tese de Doutorado

Orientador Professor Doutor Roger Stiefelmann Leal

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Direito

**São Paulo
2018**

LUCIANA LEAL BRAYNER

**A CONTRIBUIÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL NA
LEGITIMAÇÃO DAS ESFERAS DE DECISÃO TRANSNACIONAIS:
UMA REFLEXÃO CRÍTICA A PARTIR DO
DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Professor Doutor Roger Stiefelmann Leal.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Direito

**São Paulo
2018**

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Brayner, Luciana Leal

A Contribuição do Direito Administrativo Global na Legitimação das Esferas de Decisão Transnacionais: Uma Reflexão Crítica a partir do Direito Administrativo Brasileiro / Luciana Leal Brayner ; orientador Roger Stiefelmann Leal -- São Paulo, 2018.
223 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Direito Administrativo Global. 2. Regulação Transnacional. 3. Legitimidade . 4. Accountability Global. I. Leal, Roger Stiefelmann, orient. II. Título.

LUCIANA LEAL BRAYNER

**A CONTRIBUIÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL NA
LEGITIMAÇÃO DAS ESFERAS DE DECISÃO TRANSNACIONAIS:
UMA REFLEXÃO CRÍTICA A PARTIR DO DIREITO ADMINISTRATIVO
BRASILEIRO**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Professor Doutor Roger Stiefelmann Leal.

A Banca Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, submeteu a candidata à defesa em nível de Doutorado e a julgou nos seguintes termos:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

MENÇÃO GERAL: _____

São Paulo, _____ de _____ de 2018.

RESUMO

BRAYNER, Luciana Leal. **A contribuição do direito administrativo global na legitimação das esferas de decisão transnacionais**: uma reflexão crítica a partir do direito administrativo brasileiro. 2018. 223 p. Doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O trabalho tem por objeto um estudo sobre o direito administrativo global e sua contribuição à legitimação das esferas de decisão transnacionais. A globalização tem provocado, além de profundas transformações no direito, o surgimento de um ambiente de regulação que extrapola o Estado nacional, mas não corresponde exatamente ao tradicional campo do direito internacional. Preocupado com o déficit de legitimidade desta nova regulação promovida também por atores privados, o direito administrativo global surge com o interesse de contribuir com a *accountability* da administração global, a partir da consolidação de princípios, mecanismos e compreensões sociais construídos no ambiente global e baseados no direito administrativo. Objeto de estudo lançado inicialmente pelos Professores Benedict Kingsbury, Nico Krisch e Richard B. Stewart, na Faculdade de Direito da Universidade de Nova Iorque, o direito administrativo global se desenvolve com o debate que vem sendo estabelecido desde então em torno dos conceitos, requisitos, princípios e implicações que permeiam sua construção. A discussão da legitimação por meio do direito administrativo global não perpassa pela construção de uma democracia global, tampouco pela noção de constitucionalismo nessa esfera. Ela se relaciona com a noção de *accountability*. Isso não significa dizer contudo que ela deva prescindir de elementos democráticos. A partir de estudos, pesquisas e dados processados por pesquisadores e instituições, o trabalho trata de alguns casos enfrentados pelo Brasil frente à regulamentação oriunda do espaço administrativo global. Além disso, a pesquisa enfrenta uma reflexão sobre o papel do direito administrativo nacional na legitimação das decisões estatais. A construção inicial e a história do direito administrativo bem como seu enfrentamento atual às questões contemporâneas são abordados no intuito de apontar as aproximações entre as duas experiências e compreender a transposição dos institutos nacionais. A processualidade encampada pelo direito administrativo no século XX também serviu como resposta à necessidade de maior legitimidade para as práticas da administração pública nacional e o direito administrativo brasileiro nos demonstra isso. O trabalho então apresenta a relação de complementariedade e de influências recíprocas entre o direito administrativo global e o direito administrativo nacional. Ao final, são apresentadas as contribuições que o direito administrativo global traz à questão da legitimação bem como a importância do direito administrativo nacional neste processo. Também são tratadas as limitações e os desafios impostos a esta tarefa.

Palavras-chave: Direito Administrativo Global; Regulação Transnacional; Legitimidade; *Accountability* global.

ABSTRACT

BRAYNER, Luciana Leal. **The contribution of global administrative law to the legitimacy of transnational decision-making spheres:** a critical reflection based on Brazilian administrative law. 223 p. Doctorate. Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

This work addresses a study about global administrative law and its contribution to the legitimacy of transnational decision-making spheres. Not only has globalization led to deep-rooted changes in law as a whole - it also gave rise to a regulatory environment that goes beyond the national State, however it does not quite belong in the sphere of international law. Concerned with the deficit in legitimacy of this new regulation promoted by private actors, global administrative law emerges with the goal of contributing to the accountability of global administration based on the consolidation of principles, mechanisms and social understanding that were built in the global environment through administrative law. Global administrative law, object of the study initially published by Professors Benedict Kingsbury, Nico Krisch and Richard B. Stewart at the New York University School of Law, develops along with the debate that has since been established around the concepts, requirements and implications that pervade its construction. The discussion of legitimacy through global administrative law isn't manifested by the construction of a global democracy and it doesn't tap into the notion of constitutionalism within this sphere. In fact, it is related to the concept of accountability. This does not mean, however, that it should forgo democratic elements. Based on studies, research and data that were processed by researchers and institutions, the study addresses a few cases that Brazil has faced as a result of regulations that stem from the global administrative domain. Furthermore, the research poses a reflection on the role of domestic administrative law in legitimizing state decisions. The initial construction and history of administrative law, as well as its current confrontation with contemporary issues are addressed in order to point out the resemblances between the two experiences and understand the transposition of national institutes. The procedural quality of administrative law in the 20th century also served as a response to the need of greater legitimacy in the practice of national public administration, which is precisely what Brazilian administrative law shows us. As a result, the study presents the relation of complementarity and reciprocal influences between global administrative law and domestic administrative law. Finally, the study looks into the contributions that global administrative law makes to the issue of legitimacy, as well as the importance of domestic administrative law in this process. In addition, the paper also tackles the challenges and limitations imposed by this task.

Key Words: Global Administrative Law; Transnational Regulation; Legitimacy; Global Accountability.

RIASSUNTO

BRAYNER, Luciana Leal. **La contribuzione del diritto amministrativo globale nella legittimazione delle sfere di decisione transnazionali**: una riflessione critica a partire dal diritto amministrativo brasiliano. 223 p. Dottorato. Facoltà di Diritto, Università di San Paolo, San Paolo, 2018.

Questo lavoro presenta uno studio sul diritto amministrativo globale e la sua contribuzione alla legittimazione delle sfere di decisione transnazionali. La globalizzazione ha provocato, oltre a profonde trasformazioni nel diritto, la comparsa di un ambiente di regolazione che estrapola lo Stato nazionale, ma non corrisponde esattamente al tradizionale campo del diritto internazionale. Preoccupato con il deficit di legittimità di questa nuova regolazione promossa anche degli attori privati, il diritto amministrativo globale sorge con l'interesse di contribuire con l'*accountability* dell'amministrazione globale, a partire dalla consolidazione dei principi, meccanismi e comprensioni sociali costruiti nell'ambiente globale e basato sul diritto amministrativo. Oggetto del progetto di studio lanciato inizialmente dai Professori Benedict Kingsbury, Nico Krisch e Richard B. Stewart, nella Facoltà di Diritto dell'Università di New York, il diritto amministrativo globale si sviluppa con il dibattito che sta stabilendosi da allora intorno ai concetti, requisiti, principi e implicazioni che interessano la sua costruzione. La discussione della legittimazione attraverso il diritto amministrativo globale non prosegue dalla costruzione di una democrazia globale, tanto meno nella nozione di costituzionalismo in questa sfera. Lei si relaziona alla nozione di *accountability*. Questo non significa comunque che lei debba prescindere da elementi democratici. A partire dagli studi, ricerche e dati processati dai ricercatori e dalle istituzioni, il lavoro tratta di alcuni casi affrontati dal Brasile di fronte alla regolazione oriunda dello spazio amministrativo globale. Inoltre, la ricerca affronta una riflessione sul ruolo del diritto amministrativo nazionale nella legittimazione delle decisioni statali. La costruzione iniziale e la storia del diritto amministrativo così come il suo approccio attuale alle questioni contemporanee sono trattati nell'intento di indicare gli avvicinamenti tra le due esperienze e comprendere la trasposizione degli istituti nazionali. La processualità adottata dal diritto amministrativo nel XX secolo è servita anche come risposta alle necessità di maggiore legittimità per le pratiche dell'amministrazione pubblica nazionale e il diritto amministrativo brasiliano ci dimostra questo. Il lavoro allora mostra la relazione di complementarità e di influenze reciproche tra il diritto amministrativo globale e il diritto amministrativo nazionale. Alla fine, sono presentate le contribuzioni che il diritto amministrativo globale ci porta alla questione della legittimazione così come l'importanza del diritto amministrativo nazionale in questo processo. Sono trattate anche le limitazioni e le sfide imposte a questo compito.

Parole chiave: Diritto Amministrativo Globale; Regolazione Transnazionale; Legittimità;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACNUR	Alto Comissariado da ONU para Refugiados
AID	Associação Internacional para o Desenvolvimento
AMN	Associação Mercosul de Normalização
ANA	Agência Nacional das Águas
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional de Petróleo
ANS	Agência Nacional de Saúde
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APO	Autoridade Pública Olímpica
BANCEN	Banco Central
BCBS	<i>Basel Committee on Banking Supervision</i> Comitê de Supervisão Bancária da Basileia
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BIS	<i>Bank For International Settlements</i> Banco de Compensações Internacionais
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CERFLOR	Programa Brasileiro de Certificação Florestal
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COB	Comitê Olímpico Brasileiro

COI	Comitê Olímpico Internacional
CONMETRO	Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
COPANT	Comissão Panamericana de Normas Técnicas
EMGEA	Empresa Gestora de Ativos
EUA	Estados Unidos da América
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i> Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i> Federação Internacional de Futebol
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i> Conselho de Manejo Florestal
GAFI	Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
IAIS	Associação Internacional de Supervisores de Seguros
ICANN	<i>Internet Corporation for Assigned Names and Numbers</i> Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números
IDEC	Instituto de Defesa do Consumidor
IFAC	<i>International Federation Accountants</i> Federação Internacional de Contadores
IGC	Inspeção Global Consolidada
INMETRO	Instituto Nacional de Normalização e Qualidade Industrial
ISO	<i>International Organization for Standardization</i> Organização de Padronização Internacional

IOSCO	<i>International Organization of Securities Commissions</i> Organização Internacional das Comissões de Valores
IP	Protocolo de Internet
MDIC	Ministério da Indústria e Comércio, Comércio Exterior e Serviços
MERCOSUL	Mercado Comum do Cone Sul
MP	Medida Provisória
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMM	Organização Meteorológica Mundial
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
OMS	Organização Mundial de Saúde
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Órgão de Solução de Controvérsias
Proef	Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais
STF	Supremo Tribunal Federal
SWIFT	Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Globais
TBT	Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio
TCU	Tribunal de Contas da União
UE	União Europeia

SUMÁRIO

3.5 Implicações das propostas normativas de direito administrativo global.....123

CAPÍTULO 4 – Contribuições à legitimação das decisões estatais a partir de referências do direito administrativo brasileiro.....	133
4.1 Considerações iniciais.....	133
4.2 A questão do embate entre os discursos sobre autoritarismo <i>versus</i> garantismo na origem e na evolução do direito administrativo: breves considerações.....	134
4.3 Crise legislativa estatal e a complexidade da administração pública atual: reflexões a partir do direito administrativo nacional.....	145
4.4 Algumas referências do direito administrativo brasileiro às questões de transparência e acesso à informação, participação e controle social, motivação, recurso administrativo e legalidade.....	153
4.5 Ponderações sobre a contribuição do direito administrativo brasileiro ao processo decisório de suas instituições.....	166
 CAPÍTULO 5 – Direito administrativo global: um caminho para a legitimação de decisões no ambiente transnacional?.....	171
5.1 Considerações iniciais.....	171
5.2 A relação de complementariedade e de influência recíprocas entre o direito administrativo global e o direito administrativo nacional.....	172
5.3 As contribuições do direito administrativo global e uma reflexão crítica a partir de experiências brasileiras.....	182
5.4 Limitações e desafios impostos ao direito administrativo global.....	194
 CONCLUSÕES.....	201
 REFERÊNCIAS.....	207

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objeto o direito administrativo global e sua capacidade de contribuir com a legitimação do processo de tomada de decisão em âmbito transnacional. Propomos uma reflexão sobre o papel que o direito administrativo global consegue desempenhar, ou pode vir a fazê-lo, quanto à legitimação de suas decisões neste ambiente. Uma reflexão sobre o papel do direito administrativo no âmbito interno do Estado, em especial, na experiência brasileira, serve de parâmetro para a análise a ser apresentada.

Muitas questões da vida cotidiana dos cidadãos parecem ter tomado, no século XXI, novas proporções de conectividade regulatória com padrões globais. Várias matérias de interesse das pessoas, das empresas e dos Estados, antes resolúveis no âmbito de governos locais ou nacionais, têm exigido, de maneira mais intensa nos últimos tempos, interações transnacionais para soluções e proposições relativas a temas de interesse público. Normas que disciplinam, por exemplo, a segurança alimentar e a forma de produção de alimentos, ou que definem as regras de utilização da rede mundial de computadores, ou mesmo que estabelecem padrões de qualidade e segurança em áreas como finanças públicas, saúde e meio ambiente, vêm sendo cada vez mais pautadas em espaços de decisão que extrapolam as fronteiras do Estado nacional.

A interação entre Estados, unidades administrativas estatais domésticas de diversos países, organizações internacionais, organizações não governamentais, empresas multinacionais e outras instituições supranacionais tem promovido o surgimento e a consolidação de um espaço de regulação que transcende o Estado nacional e não coincide com o tradicional espaço regulado pelo direito internacional. Enquanto este último trata das relações entre os Estados como entidades jurídicas, embasadas principalmente em voluntariedade e natureza contratual, o direito global consiste em normas produzidas por organizações internacionais de diferentes tipos, envolvendo instituições governamentais e não governamentais, públicas e privadas.

Há muitos casos significativos de instituições de natureza privada que têm exercido funções tradicionalmente públicas. Em algumas matérias, também a

dicotomia estrita entre nacional e internacional parece reformulada e as funções administrativas são realizadas em ações coordenadas, muitas vezes, entre agências, órgãos e instituições em diferentes níveis. A regulamentação a partir daí produzida pode ser altamente eficaz. A ideia de um sistema jurídico global nos força a refletir sobre estruturas tradicionais do direito e a pensar respostas para as novas questões impostas. Um importante objeto perquirido por pesquisadores do direito, da ciência política e da sociologia, entre tantos outros campos, refere-se ao processo de legitimação dessa nova ordem.

Paralelamente a buscas sobre uma democracia global, ou mesmo sobre uma constitucionalização global, o direito administrativo global revela-se na sistematização de mecanismos de responsabilização, transparência e prestação de contas em âmbito transnacional. Com pretensões mais modestas do que propriamente buscar uma compreensão de todo o novo ordenamento jurídico que se forma para além do Estado nacional, o direito administrativo global identifica-se como um arcabouço de instrumentos e princípios, no intuito de promover a *accountability* das instituições globais.¹ Para tal sistematização, a governança mundial, ou, ao menos, boa parte dela, “pode ser compreendida e analisada como ação administrativa: criação de normas, decisão administrativa entre interesses em conflito e outras formas de decisão e gestão reguladora e administrativa”.²

A ideia do direito administrativo global surgiu, de maneira sistematizada, a partir de projeto de pesquisa lançado por importantes professores da *New York University School of Law* [Faculdade de Direito da Universidade de Nova Iorque]. A discussão foi iniciada nos anos de 2003 e 2004,³ naquela faculdade, por meio de encontros e debates que tinham por base um texto até então inédito, que veio a ser publicado em 2005.⁴ Ideias desenvolvidas na primeira fase do projeto permitiram que Benedict Kingsbury, Nico Krisch e Richard B. Stewart apresentassem, já naquela oportunidade, o que identificavam como “alguns

¹ KINGSBURY, Benedict; KRISCH, Nico; STEWART, Richard. The emergence of global administrative law. **Law and Contemporary Problems**, vol. 68, 2005, p. 15-61.

² Ibidem, p. 17.

³ SANCHEZ BADIN, Michelle Ratton. O projeto do Direito Administrativo Global: uma leitura a partir do Brasil. In: _____(Org.). **Ensaio sobre o direito administrativo global e sua aplicação no Brasil**. São Paulo: FGV Direito SP, 2016, p.89.

⁴ O texto de lançamento do projeto de pesquisa em que estão fundadas suas premissas consiste no já mencionado KINGSBURY, Benedict; KRISCH, Nico; STEWART, Richard. The emergence of global administrative law. **Law and Contemporary Problems**, vol. 68, 2005, p.15-61.

padrões de uniformidade e conexão suficientemente consolidados”⁵, que constituiriam os primeiros passos do direito administrativo global.

O elevado alcance da normatização transnacional em diversas áreas, por instituições de distintas naturezas, acarretou, segundo diagnosticam os autores neste artigo inicial, “um déficit de *accountability*”.⁶ As reações provocadas a partir daí estão identificadas (i) na trasladação de institutos do direito administrativo nacional para o processo decisório em âmbito global e (ii) no incremento de novos instrumentos de direito administrativo que pautem a tomada de decisões e a criação de normas no ambiente global.⁷ Há ainda um terceiro aspecto reativo que se refere à “criação por regimes intergovernamentais de padrões e mecanismos de direito administrativo aos quais as administrações nacionais devem se conformar, a fim de assegurar sua obediência e *accountability* perante o regime internacional”.⁸ Ou seja, o direito administrativo global identifica-se com a utilização de tradicionais instrumentos do direito administrativo, com a criação de novos instrumentos e com a sua inserção nas legislações pátrias, quando a atuação do Estado tenha repercussão transnacional. Tudo isso sob o pretexto de conferir à criação de normas e à tomada de decisão no âmbito global maior legitimidade e eficácia.

A definição de direito administrativo global apresentada consiste, então, no

conjunto de mecanismos, princípios, práticas e compreensões sociais de apoio que promovem ou de alguma forma afetam a *accountability* dos órgãos administrativos globais. Isso para que se assegure, em particular, que eles obedeçam a padrões adequados de transparência, participação, decisão motivada e legalidade, com a possibilidade de revisão efetiva das normas e decisões adotadas.⁹

Vê-se que a noção trazida pelos autores é bastante ampla. O direito administrativo global concentra-se, assim, em elementos específicos da governança global. Sua preocupação mais restrita pode, de um lado, trazer

⁵ KINGSBURY, Benedict; KRISCH, Nico; STEWART, Richard. The emergence of global administrative law. **Law and Contemporary Problems**, vol. 68, 2005, p. 15-61.

⁶ Ibid., p.16.

⁷ Ibid., p.16.

⁸ Ibid., p.17.

⁹ Ibid., p.17. Os textos estrangeiros citados foram traduzidos para o português, pela autora, respeitado seu sentido original, sujeito, no entanto, às limitações inerentes às traduções desta natureza.

aparência de maior legitimação a instituições que não estejam verdadeiramente abertas aos instrumentos de responsabilização. De outro, no entanto, distanciando-se do projeto um tanto utópico de compreender toda a governança global como um sistema único, consegue enfrentar questões mais concretas.¹⁰ A partir de um ângulo diverso daqueles apresentados por outros ramos de estudo, para o direito administrativo global, a preocupação com a “legitimidade” da governança global diz respeito à prestação de contas, ou seja, o cerne da questão é estabelecer relações de responsabilização entre os atores e fornecer uma resposta específica aos pleitos de legitimidade. O conceito de *accountability* presta-se especificamente à observação e análise dessas práticas institucionais.

O projeto de estudo do direito administrativo global procura, portanto, explorar e mapear as práticas de prestação de contas existentes e emergentes, a partir dos quadros provenientes do direito administrativo, admitindo-os enquanto modelos constitucionalistas baseados em conceitos nacionais. Neste sentido, o movimento promovido pelo projeto de direito administrativo global não implica a assunção prescritiva de que instrumentos de direito interno devem ser transferidos para as instituições de governança global. O papel atribuído ao direito administrativo, em âmbito global, é ser o de servir como fonte de inspiração. A identificação das práticas institucionais auxilia na análise de problemas e possibilidades no estabelecimento de mecanismos de responsabilização em nível global.

De certa forma, há uma expectativa quanto ao aprimoramento das instituições globais, por meio da inserção de instrumentos do direito administrativo amoldados a essa nova realidade, com o objetivo de conferir maior legitimidade aos processos decisórios transnacionais. Seu desenvolvimento tem buscado incentivar os regimes globais a assegurar e promover o Estado de Direito, a equidade processual, a transparência, a participação e a fundamentação de todos os atos praticados na sua atividade.

Por outro lado, os princípios e as práticas, criados ou aperfeiçoados no sistema global, passam também a influenciar o direito administrativo doméstico.¹¹

¹⁰ KRISCH, Nico. Global Administrative Law and the Constitutional Ambition. **LSE LAW, Society and Economy Working Papers**. 10, 2009, p. 1-22.

¹¹ CASSESE, Sabino. Global Standards for National Administrative Procedures. **Law and Contemporary Problems**, vol. 68, 2005b, p. 109-126.

A relação que se estabelece entre o nível global e o nacional promove uma ação de influências recíprocas, por meio da qual os governos nacionais ora ocupam a posição de legisladores transnacionais, em vista da amplitude da repercussão de seus atos e do patamar de exigências que pode estabelecer ao cumprimento de uma decisão externa em seu território, ora são os destinatários de normas materiais e processuais oriundas do âmbito global. Esses também são aspectos com potencial de fortalecer a legitimidade do processo de tomada de decisão interna nos Estados nacionais,¹² por meio do desenvolvimento e da efetividade do direito administrativo nacional.

O desenvolvimento do direito administrativo global parece decorrer de razões essencialmente funcionais, ou seja, da busca por “um instrumento para manter e garantir a coesão e o funcionamento correto de uma ordem institucional que se justifica por si mesma”.¹³ Acredita-se que seja possível não apenas reforçar os poderes públicos globais, preservando as prerrogativas nacionais e garantindo aos Estados-Nação a participação em processos de tomada de decisão.¹⁴

O projeto de estudo do direito administrativo global tem apresentado importantes contribuições de análise e formulação teórica sobre a governança global¹⁵, além de nos provocar significativas reflexões sobre o desenvolvimento do direito administrativo nacional e a influência que ele recebe da produção normativa transnacional.

Interesse no desenvolvimento da pesquisa

¹² BARR, Michael S.; MILLER, Geoffrey P. Global Administrative Law: The View from Basel. **The European Journal of International Law**, vol. 17, n. 1, 2006, p. 15-46.

¹³ KINGSBURY, Benedict; KRISCH, Nico; STEWART, Richard. The emergence of global administrative law. **Law and Contemporary Problems**, vol. 68, 2005, p. 44.

¹⁴ CHITI, Edoardo. EU and Global Administrative Organizations. In: _____; MATTARELLA, Bernardo Giorgio (Eds.). **Global Administrative Law and EU Administrative Law: Relationships, Legal Issues and Comparison**. Heidelberg, Dordrecht, London, New York: Springer, 2011, p. 13-40.

¹⁵ SANCHEZ BADIN, Michelle Ratton. O projeto do Direito Administrativo Global: uma leitura a partir do Brasil. In: _____(Org.). **Ensaio sobre o direito administrativo global e sua aplicação no Brasil**. São Paulo: FGV Direito SP, 2016, p.89.

O interesse pela pesquisa desta temática surgiu da inquietação diante de algumas constatações. Primeiramente, a grande influência que exercem atualmente decisões tomadas no âmbito global na vida interna dos países e de seus cidadãos. Perceber como escolhas feitas por organizações internacionais, ou por organizações não governamentais de âmbito global, ou mesmo instituições totalmente privadas, invadem a vida das pessoas de qualquer nação, sem que estas tenham sido, muitas vezes, minimamente representadas ou convocadas a participar da decisão, provocou a curiosidade de se compreender seu funcionamento.

Normas que não se limitam a questões de juros ou formas de pagamento mas se interpõem na relação do Estado com seus contratados e cidadãos são ditadas e impostas por bancos internacionais de investimentos, quando da utilização de seus recursos. Padrões de segurança alimentar são definidos pelo *Codex Alimentarius*¹⁶, interferindo em toda a cadeia produtiva de alimentos, envolvendo desde o pequeno agricultor familiar a grandes empresas do agronegócio. As regras do uso da internet – que atingem diretamente todo cidadão, toda empresa, todo governo – são pautadas por uma instituição privada como a Internet Corporation for Assigned Names and Numbers [Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números] (ICANN), e regras de uso dos estádios de futebol, liberdade de vistos e isenções fiscais são exigidas por uma instituição privada como a Fédération Internationale de Football Association [Federação Internacional de Futebol] (FIFA) aos interessados em sediar a Copa do Mundo. Como aceitar que instituições conduzidas por pessoas totalmente estranhas ao sistema de representação e poder dos países possam interferir na condução de importantes questões da nação? Possam decidir e definir rumos

¹⁶ De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa: “O *Codex Alimentarius* é um programa conjunto da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), criado em 1963, com o objetivo de estabelecer normas internacionais na área de alimentos, incluindo padrões, diretrizes e guias sobre Boas Práticas e de Avaliação de Segurança e Eficácia. Seus principais objetivos são proteger a saúde dos consumidores e garantir práticas leais de comércio entre os países. Atualmente, participam do *Codex Alimentarius* 187 países membros e a União Europeia, além de 238 observadores (57 organizações intergovernamentais, 165 organizações não governamentais e 16 organizações das Nações Unidas)”. Cf. ANVISA. “*Codex alimentarius*”. Portal Anvisa. 16 ago. 2016. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/388701/Codex+Alimentarius/10d276cf-99d0-47c1-80a5-14de564aa6d3>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

sobre prioridades e condutas? A legitimação destas instituições e das decisões por elas engendradas ensejam inquietação acadêmica.

A identificação de uma nova ordem global não é algo novo no âmbito do direito internacional. Há tempos este ramo do direito vem buscando e promovendo o debate sobre algumas dessas questões. O que se revela inovador, neste sentido, é que o debate tenha surgido a partir de categorias próprias do direito administrativo. Aí reside um segundo aspecto que provocou o interesse no tema. Se, por um lado, pode parecer estapafúrdia a ideia de que um ramo do direito intrinsecamente ligado à atividade do Estado sirva de paradigma para questões relacionadas ao ambiente supranacional, por outro, é de se considerar que se está a tratar de questões que envolvem interesses públicos, que passaram a ser enfrentadas e decididas com bastante vigor em ambientes diversos daqueles que habitualmente são objeto do direito administrativo. Além disso, é possível identificar no direito administrativo nacional um movimento de processualização nas últimas décadas que tem como razão propulsora a busca por maior legitimidade da atividade administrativa estatal.

Ao estudar e aprofundar as pesquisas sobre o direito administrativo global, foi possível perceber que i) muitos estudiosos vêm da tradição do direito internacional e outros tantos estavam ligados ao estudo do direito administrativo; ii) há estudiosos da tradição do *common law* e há muitos estudiosos da tradição romanística. Percebe-se, ainda, principalmente nos primeiros textos relacionados à pesquisa do direito administrativo global, que o caminho escolhido metodologicamente era sobretudo o de descrição e análise empírica das instituições globais. Nesta fase, o mais comum na literatura era a análise de determinado setor global, mediante o estudo da instituição que o representasse, a partir de critérios definidos pelos princípios do direito administrativo global. Os estudos do direito administrativo global apresentaram, assim, desde suas primeiras publicações, um grande poder analítico e uma forma de mapear o espaço global, a partir de seus atores, bastante inovadora.

É inegável que a conexão global chegou ao direito. Pode-se dizer que todos os seus ramos são influenciados por experiências de outros países e dessa nova configuração global que tem promovido verdadeiras reformulações estruturais nas teorias do direito. No caso do direito administrativo, isso é ainda

mais intrigante. Trata-se de um ramo do direito que revela opções tipicamente políticas do modelo de Estado que se está a regular. Pensar em uma internacionalização do direito administrativo poderia soar impróprio diante da premissa de que se trata de um ramo do direito estritamente estatal. Mas não se percebe apenas que o debate sobre a disciplina em âmbito global é presente e forte, como também que são muitas as influências do debate do direito administrativo global para a disciplina nacional. Esta é, inclusive, uma das propostas explícitas do direito administrativo global: a intenção de qualificar o direito administrativo nacional para lidar com as questões globais.¹⁷ Compreender as mudanças por que passa o direito administrativo e a origem dessa transformação deve ser uma preocupação de todo pesquisador da área. Além de estar atento a que tipo de interesse servem as propostas e, sobretudo, como afetam o interesse nacional.

Uma outra inquietação acadêmica foi crescendo a partir desses estudos e esta é a principal indagação que pautou a pesquisa: será que o direito administrativo global consegue contribuir com a legitimação das decisões no ambiente global? Reconhecendo a grande abertura da questão, a investigação foi sendo construída por meio de perguntas mais específicas, que revelaram um caminho central a ser percorrido: o que se tem de convicção sobre a contribuição do direito administrativo na legitimação de decisões estatais que justifique a utilização de seus institutos com essa finalidade em âmbito global? Revisitar um pouco da história do direito administrativo e do diálogo que seus institutos construíram com a ideia de legitimação das decisões estatais parece ser necessário para responder a esta questão.

No Estado contemporâneo, já não existem condições para abordar o conceito de legitimidade somente a partir da participação direta por meio do voto. É preciso ir um pouco além e, sem prescindir da representatividade e da democracia, buscar outras formas que complementem este modelo. Esse é um tema difícil de ser enfrentado seja qual for o contexto em que esteja inserido. E, em um universo ainda tão aberto e em discussão, como o do ambiente global, enfrentar o tema da legitimidade parece ainda mais audacioso. Compreender de

¹⁷ KINGSBURY, Benedict; KRISCH, Nico; STEWART, Richard. The emergence of global administrative law. **Law and Contemporary Problems**, vol. 68, 2005, p. 28.

onde vêm as normas e por que elas são acatadas ou quais as justificativas para que a vontade de alguns prevaleça sobre a dos demais é um desafio ainda maior para a teoria política contemporânea e para o direito constitucional. Ao direito administrativo coube investigar sobre instrumentos específicos que contribuam com essas respostas.

Os caminhos percorridos ao longo deste trabalho trazem de antemão a constatação de que o direito administrativo global é atualmente um importante instrumento de busca por um mais elevado grau de responsabilização no ambiente da governança global, entendendo a responsabilização como uma das formas de se conferir legitimidade ao processo de tomada de decisão. Parece-nos que, em tese, direitos procedimentais e mecanismos de direito administrativo podem aumentar a responsabilidade e a legitimidade da governança global. No entanto, é preciso estar atento à suspeita de que experiências embasadas em critérios técnicos e financeiros, em ambientes em que existe uma hegemonia de valores ocidentais¹⁸ e de nações economicamente desenvolvidas, podem criar discrepâncias ainda maiores na desigualdade econômica entre as nações, suas empresas e seus cidadãos.¹⁹ Teria o direito administrativo global, respeitando as especificidades sociais e econômicas dos países, nesse mundo globalizado, condições de ofertar princípios, práticas e mecanismos que contribuam para um processo de tomada de decisão mais legítimo perante o público? Ou se valer de práticas e princípios de *accountability* serviria para um processo de legitimação apenas discursivo, que desconsidera a política e se impõe pela lógica do poder econômico há anos estabelecida? Essas são algumas das preocupações que nortearam este trabalho.

Importante ainda que se registre que o papel que desempenha o direito administrativo no âmbito global não o deixa incólume a um processo de mudanças, aperfeiçoamentos e sujeições a questões que envolvem sua efetividade no âmbito interno, de maneira que não é mais possível pensar o direito administrativo como um ramo do direito restrito às fronteiras nacionais.²⁰

¹⁸ SPAGNUOLO, Francesca. Diversity and pluralism in earth system governance: Contemplating the role for global administrative law. **Ecological Economics** 70, 2011, p. 1875-1881.

¹⁹ HARLOW, Carol. Global Administrative Law: The Quest for Principles and Values. **The European Journal of International Law**, vol. 17, n. 1, 2006, p. 187-214.

²⁰ STEWART, Richard B. Administrative law in the twenty-first century. **New York University Law Review** [0028-7881] vol. 78, 2003, p. 437-460.

Apresentação do trabalho

A partir da pretensão de responder a essas questões, foi construído o percurso que passamos a descrever.

No primeiro capítulo, “Globalização e a formação de um novo espaço de decisão”, será apresentado o modo pelo qual se constituiu uma nova configuração dos processos de tomada de decisão pública no contexto da globalização. Uma nova esfera de deliberação que, na realidade, consubstancia-se em várias instituições e níveis distintos de normatização, estabelecidos para além dos Estados nacionais. Diversos ambientes de decisão que, em muitos aspectos, diferem dos tradicionais institutos do direito internacional e que revelam uma série de novas maneiras de criação de normas que influenciam crescentemente as realidades nacionais.

Será tratada neste primeiro capítulo a definição de premissas do que seja esse ambiente global onde se desenvolve uma nova feição do direito administrativo. Além disso, o conceito de transnacionalidade e a noção de fragmentação dos espaços de decisão, aspectos importantes para a compreensão do tema e de sua importância, serão também abordados nesta ocasião.

Em seguida, serão trazidas as aproximações entre este ambiente global descrito e a noção de administração, considerando as peculiaridades da ideia de administração global e sua constante e crescente influência na definição de políticas públicas nacionais e internacionais. A interconexão de matérias de interesse público que vêm sendo definidas no âmbito de instituições transnacionais demonstra um papel cada vez mais relevante deste ambiente que pouco a pouco se impõe em temáticas tradicionalmente tratadas em âmbito nacional.

Ainda no primeiro capítulo, por fim, apresenta-se o que se entende por direito global, enquanto fenômeno jurídico decorrente da globalização e norteador de premissas que estão presentes no debate do direito administrativo global. Busca-se também aqui apontar as diferenças entre as características do direito

que surge como decorrência da transnacionalidade das decisões e aquelas do direito internacional clássico.

No segundo capítulo, “Novos paradigmas de legitimação para o ambiente globalizado”, investigam-se os critérios que têm servido de parâmetro no debate jurídico para compreender a legitimação das decisões proferidas no ambiente global. Diferentemente das decisões que envolvem questões de interesse público emanadas do Estado nacional, que possui arcabouço próprio do Estado de Direito e dos processos democráticos, a pulverização das instituições internacionais sem hierarquia impõe que se adotem diferentes perspectivas para se compreender a adesão às suas decisões e, mais que isso, a origem e os fundamentos de validade do exercício de poder.

Para tanto, estão definidos no início do capítulo, os conceitos de legitimação e de legitimidade como base para a tese principal do trabalho. Parte-se da compreensão de que as estruturas do direito global muito diferem daquelas típicas do direito nacional e estas diferenças alcançam a dimensão relativa aos processos de legitimação e o próprio conceito de legitimidade, sobretudo se o ponto de partida for o da teoria do direito positivista. A partir da constatação dessa diferenciação, apresenta-se o debate atual sobre legitimação no ambiente global. Algumas possibilidades são levantadas para que se identifiquem, na governança global, aspectos de legitimidade e de responsabilidade. Há estudos que tentam apontar para modelos de democracia global ou, ao menos, para caminhos democráticos dentro da lógica instituída no direito global. Outros tantos negam que o ambiente global comporte qualquer tipo de controle verdadeiramente democrático. Para o presente trabalho, além de estabelecer como premissa o tipo de democracia de que é possível falar neste universo, foram identificados instrumentos que estão disponíveis no ambiente globalizado e que podem imprimir às suas políticas institucionais efetivas características de representatividade do público envolvido.

A análise dessas questões levou à busca de outros caminhos possíveis para o alcance de legitimidade às decisões no ambiente global. Instrumentos de participação e de *accountability*, exigências de transparência e de acesso à informação, mecanismos de controle social e de revisão das decisões são algumas das possibilidades apresentadas pelo direito administrativo global.

Intitulado “A sistematização do direito administrativo global”, o terceiro capítulo trata especificamente do direito administrativo global. São apresentados, inicialmente, o surgimento e a sistematização do direito administrativo global, as diversas formas pelas quais se estabelecem o diálogo a seu respeito e suas nuances. São também discutidas as características deste que tem sido considerado por alguns um ramo do direito, mediante a investigação sobre suas fontes e seu enquadramento no sistema jurídico.

Ainda no terceiro capítulo, aborda-se a forma como o direito administrativo global se apresenta nas instituições transnacionais e como pode ser identificado nas práticas do ambiente global. As descrições demonstram os diversos níveis de institucionalização dos atores que compõem este ambiente. São abordados também os princípios e as normas procedimentais sobre os quais recai a maior atenção do direito administrativo global, a publicidade e a transparência, a participação, a motivação das decisões, a possibilidade de revisão e a observância ao *rule of law* no ambiente global. Também se discute a adoção de padrões substantivos por parte do direito administrativo global. Por fim, aponta questões fundamentais sobre a compreensão e as possibilidades do direito administrativo global no estabelecimento de princípios normativos para a regulação global.

No Capítulo 4, intitulado “Contribuições à legitimação das decisões estatais a partir de referências do direito administrativo brasileiro”, buscou-se apresentar alguns elementos do direito administrativo e de sua história na legitimação das decisões estatais. A investigação procurou apresentar aspectos do caminho trilhado pelo direito administrativo e as dificuldades que ele enfrenta hoje na regulação da função administrativa do Estado, relacionando-o, em muitos pontos, aos desafios impostos pela busca de legitimidade nas tomadas de decisão no ambiente global. Os temas abordados no capítulo são bastante amplos e dariam espaço a longos desenvolvimentos. No entanto, restritos ao objeto da pesquisa que ora se apresenta, estaremos pautados por apresentar tão somente algumas reflexões que contribuem com o intento principal.

Ainda neste capítulo, são trazidas algumas considerações sobre as diferentes perspectivas dos discursos que se formaram em torno do surgimento do direito administrativo e diferentes interpretações sobre a tradicional ideia de

contenção do poder por meio da organização da burocracia estatal e da definição de atribuições aos governantes.

O continuísmo institucional de práticas típicas do Antigo Regime frente ao discurso de legitimação do poder que se criava por meio da legalidade soou, para muitos, uma ficção ou um mero discurso. Alguns aspectos da evolução histórica do direito administrativo, portanto, parecem estar relacionados, de um lado, à busca pelo equilíbrio entre autoridade e liberdade, que ao longo do tempo foi agregando novos significados a seus institutos, e, de outro, a um discurso de legitimação que merece algumas reflexões.

O aumento da complexidade das relações do Estado com a sociedade, a crise regulatória do modelo de poder representativo e a ingerência de modelos globais são alguns dos fatores que influenciaram a transformação do direito administrativo e a configuração de muitos de seus institutos atuais. Estas são importantes questões que são pontuadas no quarto capítulo, a fim de contextualizar o espaço que o direito administrativo ocupou ao longo do tempo na questão de legitimação de decisões estatais.

Ainda no quarto capítulo, alguns instrumentos do direito administrativo brasileiro que contemplam as questões de transparência e acesso à informação, participação e controle social, motivação das decisões e recursos administrativos são abordados sob o enfoque do aumento de legitimação do processo decisório das instituições nacionais. Por fim, algumas considerações críticas são trazidas sobre a vivência destes instrumentos.

Finalmente, o quinto capítulo, “Direito administrativo global: um caminho para a legitimação de decisões no ambiente transnacional?”, partindo das premissas estabelecidas ao longo do trabalho, serão abordadas questões relativas à relação recíproca de complementariedade e influência entre o direito administrativo global e o direito administrativo nacional, ressaltando suas aproximações e distanciamentos, sem deixar de considerar as diferenças entre seus *locus* e seus fundamentos de validade. Apontar estas influências e compreender a importância de cada uma dessas matérias contribuem para a construção coletiva de significados que pautam os sistemas de governança internos e transnacionais.

Em seguida, são apresentadas as contribuições do direito administrativo global na construção de um espaço global mais legítimo. A investigação busca então compreender, entre outras questões, se a responsabilização é uma forma eficaz de conferir legitimidade ao processo de tomada de decisão. O Capítulo 5 se encerra com o tratamento das limitações impostas ao direito administrativo global no papel de legitimação das decisões, bem como dos desafios que podem ser identificados neste caminho.

CONCLUSÕES

I

Com a globalização, o direito passa por importantes transformações. Há a formação de um novo espaço de regulação que se forma a partir da multiplicação de agentes reguladores no ambiente global. Importantes questões de interesse público passam a ser decididas para além das fronteiras nacionais por atores que envolvem não somente entidades intergovernamentais mas também agentes privados. É possível identificar neste âmbito de regulação a formação de um espaço administrativo global, local em que direito nacional e direito internacional estão imbricados em vários elos produzindo regulação a partir de instituições de diferentes níveis. O direito construído neste ambiente apresenta características de fragmentação e diferenciação funcional, pautado por questões temáticas e distanciado de critérios relacionados à territorialidade e à soberania. O direito global é assim a normatização construída para além do Estado nacional, por meio de instituições públicas e privadas, sem unidade hierárquica e desvinculado do Estado-Nação.

II

O desenvolvimento do direito global em um ambiente carente de representação política, de um sistema democrático e de uma estrutura de base constitucional provocou a preocupação com a legitimidade da regulação aí produzida. Para o ambiente globalizado, a legitimação deve ser compreendida a partir dos elementos que compõem o seu ambiente. A noção de legitimidade prevalente no direito interno que a faz coincidir com legalidade não responde aos anseios presentes no ambiente global. É preciso compreender que a aceitação generalizada da regulação produzida pela instituições globais possui um componente de legitimidade social que precisa ser assimilado pelo direito. Diante da incapacidade de os sistemas representativos e modelos democráticos corresponderem às expectativas das sociedades contemporâneas em relação ao exercício do poder, novos mecanismos de legitimação têm sido acrescentados aos que foram tradicionalmente construídos no âmbito Estatal. Eles contemplam

instrumentos procedimentais que incorporam ao processo de tomada de decisão elementos de participação e de responsabilização e têm sido implementados tanto em âmbito global quanto em âmbito nacional.

III

A legitimação de instituições pode ser pensada a partir da utilização de instrumentos que proporcionem uma atuação pautada por transparência, publicidade, participação, motivação, possibilidade de recorrer, prestação de contas, entre outros aspectos procedimentais. Estes mecanismos não substituem, no caso dos Estados nacionais, o sistema democrático que lhes serve de cenário. Constituem complementos que se tornaram fundamentais para o exercício legítimo do poder. Quanto ao ambiente global, estas práticas têm surgido sem que haja um sistema representativo responsável pela sua regulação. Eles contribuem para a legitimidade institucional mas não atendem, e nem se propõem a tanto, à legitimação do sistema como um todo.

IV

A noção de *accountability*, que consiste na utilização de mecanismos de prestação de contas, tem contribuído para aumentar a legitimação de instituições nacionais e globais. Além disso, a processualização da ação administrativa a despeito de não constituir de forma alguma um sistema democrático introduz nas organizações práticas democráticas de aproximação com a sociedade que favorecem à sua legitimação. O incremento destes instrumentos é uma grande contribuição para o debate e o crescimento da legitimação tanto no ambiente global quanto no Estado nacional.

V

O direito administrativo global surge da sistematização destas práticas, princípios e normas do âmbito global, provenientes do direito administrativo, que buscam realizar a *accountability* e a legitimação da regulação global. Ainda um campo incipiente quanto à constituição de um ramo do direito sistematizado, o

direito administrativo global já alcança um alto grau de adesão nas práticas globais e consegue aumentar a *accountability* e a participação da sociedade na regulação global. Esta contribuição não é uniforme em todas as instituições globais. Há muito ainda o que se conquistar. Mesmo naquelas em que há um alto nível de institucionalização, nem sempre os instrumentos procedimentais conseguem cumprir seu mister.

VI

Algumas das problematizações que permeiam o direito administrativo global também estão postas frente ao direito administrativo nacional. Ainda que este esteja protegido pela legitimidade democrática do poder executivo e pelos princípios e regras do sistema jurídico nacional, a crise legislativa estatal e a influência de modelos estrangeiros propiciaram a construção e o fortalecimento da processualidade do direito administrativo que evoluiu e hoje tem um papel fundamental na legitimação do exercício do poder e da ação administrativa. Mecanismos de democracia participativa passaram a compor o direito administrativo nacional.

VII

Falta ao ambiente global, no entanto, um sistema mínimo de legitimidade política em que estejam registrados os princípios que baseiam a sociedade por ele abarcada. Isso por si só impede a possibilidade de que o direito administrativo global consiga imprimir ao sistema global uma legitimidade que extrapole a atuação específica das organizações. De todo modo, este não é o seu intento. Acreditar que instrumentos processuais podem sozinhos emplacar legitimidade jurídica às instituições sem um sistema político que o oriente pode desembocar em uma legitimação meramente simbólica.

VIII

O desequilíbrio entre as partes e o sequestro da administração por interesses setoriais em detrimento do interesse público são fatores que podem

desconfigurar o importante papel desempenhado pelos instrumentos de participação tanto no âmbito global quanto no âmbito nacional. Neste ponto, quando presente um governo nacional com um projeto atento à diminuição da desigualdade social, ele promove a intervenção de maneira a garantir a realização de políticas públicas necessárias. No âmbito global, não haverá governo ou projeto político. A disputa de interesses se resolve naquele ambiente e está mais sujeito a intervenções econômicas. A possibilidade de participação gera um espaço em que os argumentos serão postos e debatidos. Não se pode dizer, contudo, pelos motivos expostos, que ela seja totalmente inclusiva. Mas podemos acreditar na capacidade de mobilização dos Estados e da sociedade civil para a inclusão da voz dos mais excluídos do sistema.

IX

Além disso, a participação possui um efeito imediatista. Os que participam tendem a opinar com base em ganhos a curto prazo a fim de que possam usufruir dos resultados. A longo prazo, os efeitos podem vir a ser maléficos. Além disso, com a ausência de representatividade política no âmbito global e de uma definição do interesse público, a representação de interesses ganha espaço e não encontra parâmetros muito claros a serem ajustados senão pelas próprias partes interessadas.

X

O espaço global é arena de disputas distributivas e grandes questões econômicas. Encará-las sem um repertório de garantias normativas com densidade jurídica mínima é privilegiar o poder econômico e aumentar a desigualdade social. É preciso que haja definição de parâmetros de direitos fundamentais e prioridades de interesse público para que a regulação possa desempenhar minimamente o papel de realização da justiça.

XI

Para o âmbito global, seria possível pensar, como proposta, em alguns mecanismos que contemplem a definição de consensos mínimos de padrões substanciais e procedimentais propostos pelo direito administrativo global a serem objeto de consensos em acordos e tratados internacionais. Isso contribuiria com a maior adesão e prática destas normas.

XII

Diante da configuração atual do direito administrativo global, a melhor forma de controle democrático é a participação do governo nacional para a implementação da política global. Para isso, é importante um direito administrativo forte de controle e atento às regras de internalização de acordos globais. Mecanismos de direito administrativo podem proteger o direito nacional das incursões externas. E este é o principal motivo que nos leva a crer na importância do estudo do direito administrativo global: somente estaremos protegidos de intervenções maléficas ao interesse público do povo brasileiro se atentos às formas de intervenções dos interesses estrangeiros. Obviamente que o direito tem uma participação limitada neste caso pela política, mas, se eleita como prioridade a proteção nacional, o direito administrativo poderá contribuir bastante com esta regulação. Vê-se que o papel do Estado pode ser definitivo na proteção dos interesses nacionais.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. Finanças públicas, democracia e *accountability*. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro (Orgs.). **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 75-102.
- ABRUCIO, Fernando Luiz. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 173-199.
- ADEODATO, João Maurício. **O problema da legitimidade no rastro do pensamento de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.
- ALLEGRETTI, Umberto. Basi giuridiche della democrazia partecipativa in Italia: alcuni orientamenti. **Democrazia e diritto**, n. 3, 2006, p. 151-166.
- AMAN JR., Alfred C. Globalization, democracy and the need for a new administrative law. **Indiana Journal of Global Legal Studies**, vol. 10(1), 2003, p. 125-155.
- AMAN JR., Alfred C. **The Democracy Deficit: Taming Globalization Through Law Reform**. New York and London: New York University Press, 2004. Ebook.
- AMARAL Jr., Alberto do. **Curso de direito internacional público**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **História da normalização brasileira** / Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.
- AUBY, Jean-Bernard. Is legal globalization regulated? **Utrecht Law Review**, vol. 4, Issue 3 (December) 2008, p. 210-217.
- _____. La théorie du droit administratif global: Brève présentation critique. **Troisième session du Séminaire « Droit Administratif Comparé, Européen et Global » 2007**. Disponível em: <<http://chairemadp.sciences-po.fr/fr/archives/index.htm>>. Acesso em 20 de setembro de 2013.
- AUGUSTO, Luís Gustavo Henrique; RIZZARDI, Maíra Martinelli. Accountability segundo os Ministros dos Tribunais Superiores do Judiciário Brasileiro. In: ARAÚJO E MENDONÇA, Maria Lírida Calou de; BESTER, Gisela Maria; CADEMARTORI, Luiz Henrique. **Direito e administração pública II**.

Organização CONPEDI/UFSC. Florianópolis: CONPEDI, 2014, p. 52-75. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/publicacao/ufsc/livro.php?gt=194>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

BANCO MUNDIAL. Relatório Governance and Government. 1992. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/604951468739447676/pdf/multi-page.pdf>. Acesso em 10 de março de 2006.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de direito administrativo**. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

_____. **Discrecionalidade e controle jurisdicional**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. O neocolonialismo e o direito administrativo brasileiro. In: BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de direito administrativo**. 31. ed. Apêndice. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 1085-1099.

BAPTISTA, Patrícia. **Transformações do direito administrativo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BARNES, Javier. El derecho administrativo global y el derecho administrativo nacional, dos dimensiones científicas hoy inseparables. In: KINGSBURY, Benedict; STEWART, Richard B. **Hacia el derecho administrativo global: fundamentos, principios y ámbito de aplicación**. Sevilla: Global law press-editorial Derecho Global, 2016, p. 21-48.

BARR, Michael S.; MILLER, Geoffrey P. Global Administrative Law: The View from Basel. **The European Journal of International Law**, vol. 17, n. 1, 2006, p. 15-46.

BATTINI, Stefano. **Amministrazioni nazionali e controversie globali**. Milão: Giuffrè, 2007.

_____. Le due anime del diritto amministrativo globale. In: BATTINI, Stefano e outros (Orgs.) **Il diritto amministrativo oltre i confini**. Milano: Giuffrè, 2008, p. 1-22.

BELL, Stephen; HINDMOOR, And Andrew. Governance without government? The case of the Forest Stewardship Council. **Public Administration**, vol. 90, n. 1, 2012, p. 144-159.

BENTO, Leonardo Valles. **Acesso a informações públicas: princípios internacionais e o direito brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2015.

- BENVENISTI, Eyal; DOWNS, George W. The Empire's New Clothes: Political Economy and the Fragmentation of International Law. **Stanford Law Review**, vol. 60, Issue 2, 2007, p. 595-631.
- BENVENISTI, Eyal. The Interplay Between Actors a Determinant of the Evolution of Administrative Law in International Institutions. **Law and contemporary problems**, vol. 68, 2005, p. 319-340.
- BERMAN, Paul Schiff. Judges as Cosmopolitan Transnational Actors. **University of Connecticut School of Law Articles and Working Papers**. Paper 38. 2004, p. 101-112. Disponível em: <http://lsr.nellco.org/uconn_wps/38>. Acesso em 20 de novembro de 2016.
- BIGNAMI, Francesca. **From Expert Administration to Accountability Network: A New Paradigm for Comparative Administrative Law**. American Journal of Comparative Law, Forthcoming, vol. 59, 2011, p. 1-52. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1916744>>. Acesso em 15 de abril de 2016.
- BINENBOJM, Gustavo. **Uma teoria do direito administrativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- BISCOTTINI, Giuseppe. **Diritto amministrativo internazionale**. Padova: Cedam, 1964.
- BLACK, Julia. Constructing and contesting legitimacy and accountability in polycentric regulatory regimes. **Regulation & Governance**, vol. 2, 2008, p. 137-164.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRASIL. **5º Relatório sobre a implementação da Lei nº 12.527/2011**: Lei de acesso à informação. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/relatorio_5anos-web-final.pdf>. Acesso em 2 de março de 2018.
- BRASIL. **Análise e avaliação do papel das agências reguladoras no atual arranjo institucional brasileiro**. Relatório do grupo de trabalho interministerial. Set./2003. Disponível em: <http://www.reformadagestaopublica.org.br/Documents/MARE/Agencias/avaliacao_das_agencias_reguladoras_-_casa_civil.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2018.

BRASIL. **O Conselho de Reforma do Estado**. Secretaria da Reforma do Estado. Cadernos MARE da Reforma do Estado. Vol. 8. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997.

BRAYNER, Luciana Leal. **As capturas nas agências reguladoras e o debate sobre a legitimação do Estado Regulador**: a produção democrática do direito e os desafios do direito administrativo contemporâneo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 237-270.

CAMPILONGO, Celso F. Teoria do direito e globalização econômica. In: SUNDFELD, Carlos Ari; VIEIRA, Oscar Vilhena. **Direito global**. São Paulo: Max Limonad, 1999, p. 77-92.

CANOTILHO, J. Joaquim Gomes. Constitucionalismo e geologia da *good governance*. In: CANOTILHO, J. Joaquim Gomes. **“Brancos” e interconstitucionalidade**: itinerários dos discursos sobre a historicidade constitucional. Coimbra: Almedina, 2006, p. 325-334.

_____. Constitucionalismo político e constitucionalismo societal num mundo globalizado. In: CANOTILHO, J. Joaquim Gomes. **“Brancos” e interconstitucionalidade**: itinerários dos discursos sobre a historicidade constitucional. Coimbra: Almedina, 2006, p. 325-334.

_____. Rever a Constituição Dirigente ou romper com a Constituição Dirigente? Defesa de um constitucionalismo moralmente reflexivo. In: CANOTILHO, J. Joaquim Gomes. **“Brancos” e interconstitucionalidade**: Itinerários dos discursos sobre a historicidade constitucional. Coimbra: Almedina, 2006, p. 101-129.

CAPALDO, Giuliana Ziccardi. **Diritto Globale: il nuovo diritto internazionale**. Milão: Giuffrè, 2010.

CARBONELL, Miguel. Globalización y Derecho: algunas coordenadas para el debate. In: CARBONELL, Miguel. **Constitucionalismo y democracia**: ensayos críticos. México: Porrúa, 2004. Disponível em: <http://www.miguelcarbonell.com/articulos/Globalizaci_n_y_derecho.shtml> Acesso em 20 de março de 2016.

_____. Globalización y Derecho: siete tesis. **Derecho PUCP**, n. 56, p. 157-173, oct. 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/derechopucp/article/view/10580>> Acesso em 10 de março de 2016.

CAROTTI, Bruno; CASINI, Lorenzo. A Hybrid Public-Private Regime: The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN) and the Governance of the Internet. In: CASSESE, Sabino; CAROTTI, Bruno; CASINI, Lorenzo; CAVALIERI, Eleonora; MACDONALD, Euan (Eds.). **Global Administrative Law: the casebook**. 3. ed. Roma/Nova Iorque: IRPA e IILJ, 2012. Ebook.

CASAVOLA, Hilde Caroli. L'internazionalizzazione della disciplina dei contratti delle pubbliche amministrazioni. In: CASSESE, Sabino; CONTICELLI, Martina. **Diritto e amministrazioni nello spazio giuridico globale**. Rivista trimestrale di diritto pubblico. Milano: Giuffrè, 2006, p. 187-223.

CASINI, Lorenzo; CASSESE, Sabino; NAPOLITANO, Giulio. **The new Italian public law scholarship**. ICON Oxford University Press and New York University School of Law. Vol. 9, n. 2, 2011, p. 301-309.

_____. Além do Estado: o surgimento da administração global. **Revista de Direito Administrativo**, vol. 267, Rio de Janeiro, set./dez. 2014, p. 14-38.

_____. States and global administrations in context – Beyond the State: The Emergence of Global Administration. In: CASSESE, Sabino; CAROTTI, Bruno; CASINI, Lorenzo; CAVALIERI, Eleonora; MACDONALD, Euan (Orgs.). **Global Administrative Law: the casebook**. Roma/Nova Iorque: IRPA e IILJ, 2012. Ebook.

CASSESE, Sabino. A Global Due Process of Law? In: ANTHONY, Gordon; AUBY, Jean-Bernard; MORISON, John; ZWART, Tom (Eds.). **Values in global administrative law**. Oxford: Hart Publishing, 2011, p. 17-60.

_____. Administrative Law without the State? The Challenge of Global Regulation. **NYU Journal of International Law and Politics**, vol. 37, 2005a, p. 663-694.

_____. El espacio jurídico global. **Revista de Administración Pública**, n. 157, jan./abr. 2002, p. 11-26. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/246375.pdf>>. Acesso em 24 de julho de 2017.

_____. Global Standards for National Administrative Procedures. **Law and Contemporary Problems**, vol. 68, 2005b, p. 109-126.

_____. Il diritto amministrativo e i suoi principi. In: CASSESE, Sabino (Org.). **Istituzioni di diritto amministrativo**. Milão: Giuffrè, 2012, p. 1-22.

_____. **Il Diritto Amministrativo: storia e prospettive**. Milão: Giuffrè, 2010.

_____. **Il diritto globale**. Torino: Einaudi, 2009.

_____. **Le basi del diritto amministrativo**. 5. ed. Milão: Garzanti, 1998.

_____. **Oltre lo Stato**. Milão: Laterza, 2006.

_____. The globalization of law. **International Law and Politics**, vol. 37, 2005c, p. 973-993.

_____. What is Global Administrative Law and why study it? RSCAS Policy Papers. RSCAS PP 04, Robert Schuman Centre for Advanced Studies Global Governance Programme. **Global Administrative Law: an italian perspective**. 2012, p. 1-10.

CAVALCANTI, Francisco de Queiroz Bezerra. A reserva de densificação normativa da lei para preservação do princípio da legalidade. In: BRANDÃO, Cláudio; CAVALCANTI, Francisco; ADEODATO, João Maurício (Coord.). **Princípio da legalidade: da dogmática jurídica à teoria do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 221-234.

CHEVALIER, Jacques. **A Governança e o Direito**. Biblioteca Digital – Revista de Direito Público da Economia – RDPE, Belo Horizonte, vol. 3, n. 12, out. 2005. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/29163>>. Acesso em 3 de novembro de 2010.

CHIMNI, B. S., Cooption and resistance: two faces of global administrative law. **New York University Journal of International Law and Politics**, vol. 37, 2005, p. 799-827.

CHITI, Edoardo. EU and Global Administrative Organizations. In: _____; MATTARELLA, Bernardo Giorgio (Eds.). **Global Administrative Law and EU Administrative Law: Relationships, Legal Issues and Comparison**. Heidelberg, Dordrecht, London, New York: Springer, 2011, p. 13-40.

_____. Organización Europea y Organización Global: elementos para una comparación. In: SOLÉ, Juli Ponce (Coord.). **Derecho Administrativo Global: organización, procedimiento, control judicial**. Madrid, Barcelona, Buenos Aires: INAP e Marcial Pons, 2010, p. 33-77.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

CIRCI, Mariarita. L'attività del *World Bank Inspection Panel* a più di dieci anni dalla istituzione: un bilancio. In: CASSESE, Sabino; CONTICELLI, Martina. **Diritto e amministrazioni nello spazio giuridico globale**. Rivista trimestrale di diritto pubblico. Milano: Giuffrè, 2006, p. 271-300.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Tratado de direito administrativo**. Vol. I Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1966.

D'ASPREMONT, Jean. Legitimacy of Governments in the age of democracy. **International Law and Politics**., vol. 38, 2006, p. 877-917.

DA SILVA, Vasco Manuel Dias Pereira. **Em busca do acto administrativo perdido**. Coimbra: Almedina, 1998.

_____. Do Direito Administrativo Nacional ao Direito Administrativo sem Fronteiras (Breve Nota Histórica). In: DA SILVA, Vasco Pereira; SARLET, Ingo Wolfgang (Coords.). **Direito público sem fronteiras**. Lisboa: ICJP, 2011. Ebook.

DAHL, Robert. Can International Organizations Be Democratic? A Skeptic's View. In: SHAPIRO, Ian; HACKER-CORDÓN, Casiano (Eds.). **Democracy's Edges**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 19-36.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DE BELLIS, Maurizia. Gli standards globali per i servizi finanziari: concorrenza e reciproco rafforzamento tra diversi modelli di amministrazione globale. In: CASSESE, Sabino; CONTICELLI, Martina. **Diritto e amministrazioni nello spazio giuridico globale**. Rivista trimestrale di diritto pubblico. 2 Milano: Giuffrè, 2006, p. 153-223.

DELMAS-MARTY, Mireille. **Por um direito comum**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **The Imaginative Forces of Law**. 2 Chinese J. Int'l L. 623, 2003, 623-627.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. 500 Anos de Direito Administrativo Brasileiro. **Revista Eletrônica de Direito do Estado**, n. 5, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, jan./fev./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br>>. Acesso em 15 de agosto de 2015.

_____. O direito administrativo brasileiro sob influência dos sistemas de base romanística e da common law. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico**, n. 8, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nov./dez. 2006/ jan. 2007. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br>>. Acesso em 15 de agosto de 2015.

_____. **Direito administrativo**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DYZENHAUS, David. *Accountability and the Concept of (Global) Administrative*

Law. **Acta Juridica** 3 (2009), p. 3-31.

ESPACH, Ralph. When is Sustainable Forestry Sustainable? The Forest Stewardship Council in Argentina and Brazil. **Global Environmental Politics**, 6:2, may 2006, p. 55-84.

ESTY, Daniel. Good Governance at the Supranational Scale: Globalizing Administrative Law. **The Yale Law Journal**, vol. 115, 2006, p. 1490-1562.

FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 2004.

_____. **Poder e legitimidade**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FERRARESE, Maria Rosario. **Le istituzioni della globalizzazione**: Diritto e diritti nella società transnazionale. Bologna: Il Mulino, 2000.

FERRAZ, Rafael Chaves. **O Contencioso Brasil x EUA do Algodão na Organização Mundial do Comércio**. IX Encontro Estadual de História - ANPUH-RS, 2008, Porto Alegre. Anais Eletrônicos do IX Encontro Estadual de História - ANPUH-RS, 2008.

FERREIRA, Siddharta Legale. Internacionalização do Direito: Reflexões críticas sobre seus fundamentos teóricos. **Revista SJRJ**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 37, ago. 2013, p. 109-142.

FINKELSTEIN, Lawrence S. What is global governance? **Global Governance**, vol. 1, n. 3, set./dez. 1995, p. 367-372.

FIORI, José Luís. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FISCHER-LESCANO, Andreas; TEUBNER, Gunther. Colisões de regimes – A busca vã por unidade jurídica na fragmentação do direito global. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**, ano 6, n. 21, Belo Horizonte, jan./mar. 2012.

FRAGOLA, Umberto. **Diritto amministrativo internazionale**. 3. ed. Napoli: Pellerano e Del Gaudio, 1951.

FROTA, Hidemberg Alves da. A norma de reconhecimento e o caráter publicista do direito administrativo global. In: MARRARA, Thiago. **Direito Administrativo**: transformações e tendências. São Paulo: Almedina, 2014, p. 165-203.

G20 – **DECLARATION SUMMIT ON FINANCIAL MARKETS AND THE WORLD ECONOMY** November 15, 2008 – Washington, e G20 – **Communiqué: Meeting of Ministers and Governors**, 8-9 November 2008 – São Paulo/Brasil. Disponível em <http://www.g20.org/official_resources/library>. Acesso em 15 de dezembro de 2015.

GABARDO, Emerson. **Eficiência e legitimidade do Estado**. Barueri: Manole, 2003.

GASCON Y MARIN, José. Les Transformations du Droit Administratif International. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye**, IV, tome 34 de la Collection, Sirey: 1930, p. 1-75.

GOODHART, Michael. Democratic Accountability in Global Politics: Norms, not Agents. **The Journal of Politics**, vol. 73, n. 1, january, 2011, p. 45-60.

GORDILLO, Augustín. **Tratado de derecho administrativo**. Tomo I – Parte General. 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey e Fundación de Derecho Administrativo, 2003.

GRANT, Ruth W.;KEOHANE, Robert O. Accountability and Abuses of Power in World Politics. **International Law and Justice**. Working Paper 7, Global Administrative Law Series, 2004, p. 1-36.

GUALAZZI, Eduardo Lobo Botelho. Administração internacional do Estado. **Revista Forense**, vol. 292, Rio de Janeiro, 1985, p. 99-115.

_____. **Direito administrativo internacional**. São Paulo: Edições Inteligentes, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Era das transições**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARLOW, Carol. Accountability as a Value in Global Governance and for Global Administrative Law. In: ANTHONY, Gordon; AUBY, Jean-Bernard; MORISON, John; ZWART, Tom (Eds.). **Values in global administrative law**. Oxford: Hart Publishing, 2011, p. 173-192.

_____. Global Administrative Law: The Quest for Principles and Values. **The European Journal of International Law**, vol. 17, n. 1, 2006, p. 187-214.

HART, H. L. A. **O conceito de direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HEILMANN, Maria de Jesus Rodrigues Araújo. **Globalização e o novo direito administrativo**. Curitiba: Juruá, 2010.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Globalismo e antiglobalismo**. 3. ed. Bolonha: Mulino, 2010.

HELD, David. A democracia, o Estado-nação e o sistema global. **Lua Nova**, n. 23, mar. 1991, p. 145-194.

_____. **Democrazia e ordine globale**. Trieste: Asterios, 1999.

_____. Principles of cosmopolitan order. In: BROCK, Gillian; Harry Brighouse (Eds.). **The Political Philosophy of Cosmopolitanism**. Cap. 2, Cambridge: University Press, 2005, p. 10-27.

HIRST, Paul. **A democracia representativa e seus limites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

HOLMES, Pablo. O Constitucionalismo entre a Fragmentação e a Privatização: problemas evolutivos do direito e da política na era da governança global. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, vol. 57, n. 4, Rio de Janeiro, 2014, p. 1137-1168.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de direito internacional público**. São Paulo: LTR, 2007.

KAISER, Karl. Transnational Relations as a Threat to Democratic Process. **International Organization**, vol. 25, n. 3, Transnational Relations and World Politics (Summer, 1971), p. 706-720.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Traduzido por João Baptista Machado. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KEOHANE, Robert. Global Governance and Democratic Accountability. In: HELD, David; KOENIG-ARCHIBUGI, Mathias (Eds.). **Taming Globalization: frontiers of governance**. Cambridge: Polity, 2003, p. 130-159.

KEOHANE, Robert. Governance in a Partially Globalized World. **American Political Science Review**, vol. 95, n. 1, March, 2001, p. 1-13.

KINGSBURY, Benedict; DONALDSON, Megan; VALLEJO, Rodrigo. El Derecho Administrativo Global y La Democracia deliberativa. In: KINGSBURY, Benedict; STEWART, Richard B. **Hacia el Derecho Administrativo Global: fundamentos, principios y ámbito de aplicación**. Sevilla: Global Law Press, 2016, p. 687-708.

KINGSBURY, Benedict; KRISCH, Nico; STEWART, Richard. The emergence of global administrative law. **Law and Contemporary Problems**, vol. 68, 2005, p. 15-61.

KINGSBURY, Benedict. The Concept of 'Law' in Global Administrative Law. **The European Journal of International Law**, vol. 20, n. 1, 2009, p. 23-57.

KOSKENNIEMI, Martti. Fragmentation of International Law: Difficulties arising from the diversification and expansion of International Law. **Report of the Study Group of the International Law Commission**. Geneva, 1 May-9 June and 3 July-11 August 2006, United Nations, 2006.

KRISCH, Nico; KINGSBURY, Benedict. Introdução: governança global e direito administrativo global na ordem legal internacional. **Revista de Direito Administrativo**, vol. 261, Rio de Janeiro, set./dez. 2012, p. 13-32.

_____. Introduction: Global Governance and Global Administrative Law in the International Legal Order. **The European Journal of International Law**, vol. 17, n. 1, 2006, p. 1-13.

KRISCH, Nico. Global Administrative Law and the Constitutional Ambition. **LSE LAW, Society and Economy Working Papers**. 10, 2009, p. 1-22.

_____. The Pluralism of Global Administrative Law. **The European Journal of International Law**, vol. 17 n. 1, 2006, p. 247-278.

LAFER, Celso. Prefácio. In: FARIA, José Eduardo. **Poder e legitimidade**. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 9-13.

LIVERMORE, Michael A., Authority and legitimacy in Global Governance: deliberation, institutional differentiation, and *codex alimentarius*. **New York University Law Review**, vol. 81, 2006, p. 766-800.

LUHMANN, Niklas. **Legitimação pelo procedimento**. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

MACHADO, Maíra. Faz diferença ser membro? Notas sobre os desafios descritivos do direito administrativo global. In: SANCHEZ BADIN, Michelle Ratton (Org.). **Ensaio sobre o direito administrativo global e sua aplicação no Brasil**. São Paulo: FGV Direito SP, 2016, p. 189-211. Disponível em: <<http://direitosp.fgv.br/publicacoes/livros-digitais>>. Acesso em 20 de março de 2017.

MACHETE, Pedro. **Estado de direito democrático e administração paritária**. Coimbra: Almedina, 2007.

MARCHETTI, Raffaele. A Matter of Drawing Boundaries: Global Democracy and International Exclusion. **Review of International Studies**. 34 (2) 2008, p. 207-224.

- _____. Global Governance or World Federalism? A Cosmopolitan Dispute on Institutional Models. **Global Society**. 20 (3): 2006, p. 287-305.
- MARRARA, Thiago. Direito administrativo brasileiro: transformações e tendências. In: MARRARA, Thiago (Org.). **Direito administrativo: transformações e tendências**. São Paulo: Almedina, 2014, p. 17-46.
- _____. Do recurso administrativo e da revisão. In: NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA, Thiago. **Processo Administrativo: Lei nº 9.784/99 comentada**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 360-417.
- MARTINS JUNIOR, Wallace Paiva. Princípio da publicidade. In: MARRARA, Thiago (Org.). **Princípios de Direito Administrativo: legalidade, segurança jurídica, impessoalidade, publicidade, motivação, eficiência, moralidade, razoabilidade, interesse público**. São Paulo: Atlas, 2012, p. 233-258.
- MEDAUAR, Odete. **A processualidade no direito administrativo**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- _____. **Direito administrativo moderno**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- _____. **O direito administrativo em evolução**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
- _____. Recursos Administrativos. **Revista dos Tribunais**, vol. 583, São Paulo, 1984, p. 167-178.
- MEIRA MATTOS, Aderbal. **Direito internacional público**. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- MENDOZA, Xavier; VERNIS, Alfred. El Estado relacional y la transformación de las administraciones públicas. In: LONGO, Francisco; YSA, Tamyko (Eds.). **Los escenarios de la gestión pública del siglo XXI**. Barcelona: Bellaterra, 2008, p. 37-62.
- MENEZES DE ALMEIDA, Fernando Dias. **Contrato administrativo**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.
- MOCKLE, Daniel. Le débat sur les principes et les fondements du droit administratif global. **Les Cahiers de Droit**, vol. 53, n. 1, mars, 2012. p. 3-48.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Democracia e contra-poderes. **Revista de Direito Administrativo**, vol. 258, Rio de Janeiro, set./dez. 2011, p. 47-80.

_____. **Poder, direito e Estado**: o direito administrativo em tempos de globalização Belo Horizonte: Fórum, 2011.

MORGAN, Brownen. Turning Off the Tap: Urban Water Service Delivery and the Social Construction of Global Administrative Law. **The European Journal of International Law**, vol. 17, n. 1, EJIL 2006, p. 215-245.

NAPOLITANO, Giulio. **The two ways of global governance after the financial crisis: multilateralism versus cooperation among governments**. ICON, vol. 9, n. 2, 2011, p. 310-339.

NASSER, Salem H. Direito global em pedaços: fragmentação, regimes e pluralismo. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, vol. 12, n. 2, 2015, p. 98-137.

NÉGULESCO, Paul. Principes du Droit International Administratif. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye**, I, tome 51 de la Collection-Librairie du Recueil, Sirey: 1935, p. 578-691.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Administração pública, legalidade e pós-positivismo. In: BRANDÃO, Cláudio; CAVALCANTI, Francisco; ADEODATO, João Maurício (Coord.). **Princípio da legalidade**: da dogmática jurídica à teoria do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 203-220.

NOHARA, Irene Patrícia. Das disposições gerais. In: NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA, Thiago. **Processo Administrativo**: Lei nº 9.784/99 comentada. São Paulo: Atlas, 2009, p. 1-69.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. **Governança pública**. Gazeta do Povo, 15 jun. 2008b, p. 2.

_____. **Contrato de gestão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008a.

ORTEGA, Antonio Cesar; BORGES, Michelle da Silva. *Codex Alimentarius*: a segurança alimentar sob a ótica da qualidade. **Segurança Alimentar e Nutricional**, vol. 19, n. 1, Campinas, 2012, p. 71-81.

OSZLAK, Oscar. Responsabilización o Responsabilidad?: El sujeto y el objeto de un Estado Responsable. **Responsabilización y evaluación de la gestión pública**. Caracas: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo – CLAD, 2005, p. 239-272.

OTERO, Paulo. **Legalidade e Administração Pública**: o sentido da vinculação administrativa à juridicidade. Coimbra: Almedina, 2003.

OVIEDO, Carlos Garcia. **Derecho administrativo**. Madrid: Eisa, 1951.

PERROTTI, Luisa. Le relazioni tra Organizzazione Mondiale del Commercio ed i soggetti dell'ordinamento ultra-statale. In: CASSESE, Sabino; CONTICELLI, Martina. **Diritto e amministrazioni nello spazio giuridico globale**. Rivista trimestrale di diritto pubblico. Milano: Giuffrè, 2006, p. 39-146.

PHILP, Mark. Access, accountability and authority: Corruption and the democratic process. **Crime, Law & Social Change**, vol. 36, n. 4, 2001, p. 357-377.

_____. Delimiting Democratic Accountability. **Political Studies**, vol. 57, n. 1, 2009, p. 28-53.

PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan B.; MANIN, Bernard. Introduction. In: _____. **Democracy, Accountability, and Representation**. Cambridge: University Press, 1999, p. 1-25.

PRZEWORSKI, Adam. Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva *agente x principal*. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 39-73.

REINSCH, Paul S. International Administrative Law and National Sovereignty. **The American Journal of International Law**, vol. 3, n. 1. Jan. 1909, pp. 1-45.

RODRIGUEZ-ARANA MUÑOZ, Jaime. Derecho Administrativo Global y Derecho Fundamental a la Buena Administración Pública. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder (Coords.). **Globalização, direitos fundamentais e direito administrativo: novas perspectivas para o desenvolvimento econômico e socioambiental: Anais do I Congresso da Rede Docente Eurolatinoamericana de Direito Administrativo**. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 345-381.

ROPER, Brian. Reformism on a global scale? A critical examination of David Held's advocacy of cosmopolitan social democracy. **Capital e Classe**, vol. 35, n. 2, 2011, p. 253-273.

ROSE-ACKERMAN, Susan. El derecho administrativo y la legitimidade democrática: confrontando el poder ejecutivo e el Estado contractual. **Revista del CLAD, Reforma y Democracia**, n. 43, feb. 2009, p. 7-26.

SANCHEZ BADIN, Michelle Ratton. O projeto do Direito Administrativo Global: uma leitura a partir do Brasil. In: _____. (Org.). **Ensaio sobre o direito administrativo global e sua aplicação no Brasil**. São Paulo: FGV Direito SP, 2016, p. 89-115. Disponível em: <<http://direitosp.fgv.br/publicacoes/livros-digitais>>. Acesso em 20 de março de 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 65-82.

SAVINO, Mario; DE BELLIS, Maurizia. An Unaccountable Transgovernmental Branch? The Basel Committee. In: CASSESE, Sabino; CAROTTI, Bruno; CASINI, Lorenzo; CAVALIERI, Eleonora; MACDONALD, Euan (Orgs.). **Global Administrative Law: the casebook**. Roma/Nova Iorque: IRPA e IILJ, 2012, p. 243-254.

SAVINO, Mario. Global Administrative Law meets “soft” powers: the uncomfortable case of Interpol red notices. **International Law and Politics**, vol. 43, 2011, p. 263-336.

_____. Il ruolo dei comitati negli ordinamenti europeo e globale. In: CASSESE, Sabino; CONTICELLI, Martina. **Diritto e amministrazioni nello spazio giuridico globale**. Rivista trimestrale di diritto pubblico. Milano: Giuffrè, 2006, p. 121-149.

_____. La nuova disciplina della trasparenza amministrativa. **Giornale di diritto amministrativo** 8-9/2013, Italia, p. 795-805.

SCHMIDT-ASSMANN, Eberhard. La Ciencia del Derecho Administrativo ante el reto de la internacionalización de las relaciones administrativas. **Revista de Administración Pública**, n. 171, Madrid, set./dez. 2006, p. 7-34.

_____. **La teoría general del derecho administrativo como sistema**. Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública, 2003.

_____. Principles of an International Order of Information. In: ANTHONY, Gordon; AUBY, Jean-Bernard; MORISON, John; ZWART, Tom (Eds.). **Values in global administrative law**. Oxford: Hart Publishing, 2011, p. 117-124.

SHAPIRO, Ian. Group Aspirations and democratic politics. In: _____; HACKER-CORDÓN, Casiano (Eds.). **Democracy's Edges**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 210-221.

_____. **The State of Democratic Theory**. NJ: Princeton University Press, 2003.

SHAPIRO, Martin. The Institutionalization of European Administrative Space. In: SWEET, Alec Stone; SANDHOLTZ, Wayne; FLIGSTEIN, Neil (Eds.). **The institutionalization of Europe**. New York: Oxford University Press, 2001, p. 94-113.

SOBREIRA, Rogério; MARTINS, Norberto Montani. Os Acordos de Basileia e

bancos de desenvolvimento no Brasil: uma avaliação do BNDES e do BNB. **Revista de Administração Pública** [online]. 2011, vol. 45, n. 2, p. 349-376.

SPAGNUOLO, Francesca. Diversity and pluralism in earth system governance: Contemplating the role for global administrative law. **Ecological Economics** 70, 2011, p. 1875-1881.

STEWART, Richard B. **Accountability, Participation, and the Problem of Disregard in Global Regulatory Governance**. Discussion Draft, 2008, p. 5-37. Disponível em: <http://iilj.org/courses/documents/2008Colloquium.Session4.Stewart.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2014.

STEWART, Richard B. Administrative law in the twenty-first century. **New York University Law Review** [0028-7881] vol. 78, 2003, p. 437-460.

_____. El derecho administrativo de los Estados Unidos: ¿ Un modelo para el derecho administrative global? In: KINGSBURY, Benedict; STEWART, Richard B. **Hacia el derecho administrativo global: fundamentos, principios y ámbito de aplicación**. Sevilla: Global law press-editorial Derecho Global, 2016, p. 203-267.

_____. Il Diritto Amministrativo Globale. **Revista trimestrale di diritto pubblico**, n. 3. Milão: Giufrè, 1995, p. 633-660.

STEWART, Richard B.; SANCHEZ BADIN, Michelle Ratton. **The World Trade Organization: Multiple dimensions of Global Administrative Law**. ICON, vol. 9, n. 3-4, 2011, p. 556-586.

SUCHMAN, Mark C. Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. **Academy of Management Review**, vol. 20, 1995, p. 571-610.

SUNDFELD, Carlos Ari. A Administração Pública na era do direito global. In: SUNDFELD, Carlos Ari; VIEIRA, Oscar Vilhena (Orgs.). **Direito global**. São Paulo: Max Limonad, 1999, p. 157-168.

_____. **Direito administrativo para céticos**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

TEUBNER, Gunther. **Direito, sistema e policontextualidade**. Piracicaba: Unimep, 2005a.

_____. **Nuovi conflitti costituzionali**. Milano-Torino: Bruno Mondatori, 2012.

_____. Regimi private globali. Nuovo diritto spontaneo e costituzionale duale nelle sfere autonome della società. In: TEUBNER, Gunther. **La cultura del diritto nell'epoca della globalizzazione**. Roma: Armando, 2005b, p. 57-78.

- _____. The Anonymous Matrix: Human Rights Violations by 'Private' Transnational Actors. **The Modern Law Review**, vol. 69, n. 3., 2006, p. 327-346.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **O antigo regime e a revolução**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- VALLADÃO, Haroldo. **Ensino e o estudo do direito especialmente do direito internacional privado no velho e no novo mundo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1940.
- VARELLA, Marcelo D. **Internacionalização do Direito: Direito internacional, globalização e complexidade**. Tese de Livre-Docência em Direito Internacional. Universidade de São Paulo, 2012.
- VERDIER, Pierre-Hugues. Transnational Regulatory Networks and their limits. **The Yale Journal of International Law**, vol. 34, 2009, p. 113-171.
- VIRALLY, Michel. La notion de fonction dans la théorie de l'organisation internationale. **Le droit international en devenir: Essais écrits au fil des ans**. Genebra: Graduate Institute Publications, 1990, p. 271-288. Disponível em: <<http://books.openedition.org/iheid/4377>>. Acesso em: 5 mar. 2018.
- VOGEL, David. Private global business regulation. **Annual Review of Political Science** 11, 2008, p. 261–282.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 1. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.
- WESSEL, Jared. The Financial action task force: a study in balancing sovereignty with equality in global administrative law. **Widener L. Review**. vol. 13, 2006, p. 169-198.
- XAVIER, Alberto. **Do procedimento administrativo**. São Paulo: Bushatsky, 1976.